

Ibsen arquivou pedido de investigação

Ex-presidente da Câmara impediu que apuração sobre Orçamento fosse adiante

BRASÍLIA — O ex-presidente da Câmara dos Deputados Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) terá de explicar à CPI do Orçamento por que deixou de atender ao pedido de 65 deputados para investigar as denúncias de desvio de verbas do Orçamento da União. De acordo com o ofício encaminhado pelo deputado Delcino Tavares (PP-PR) ao presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), Ibsen ignorou o requerimento de 5 de dezembro de 1991 em que ele e outros colegas solicitavam que a

Corregedoria da Câmara fosse açãoada para apurar as acusações de que o relator da Comissão Mista de Orçamento, deputado João Alves (PPR-BA), manipulava as emendas para distribuição de verbas públicas. Passarinho afirmou que é praticamente certa a convocação de Ibsen nesta semana.

Tavares disse que, ao invés de submeter o requerimento à Mesa da Câmara, como é de praxe, Ibsen se contentou com o parecer do assessor da presidência, Luiz Carlos Lopes Madeira. "O assessor se valeu de um artifício jurí-

dico para engavetar o requerimento", afirmou Tavares. "Ele anexou o pedido ao de outros deputados relacionados a cassação de mandato, para dizer que o assunto era constitucional". Lopes Madeira continua assessorando Ibsen na presidência da Comissão de Relações Exteriores da Câmara.

O deputado paranaense foi membro da Comissão de Orçamento de

maio a outubro de 1991, quando resolveu se desligar para não continuar presenciando "a farsa dos Sete Anões na distribuição de recursos públicos". Tavares

denunciou em plenário "as manobras de bastidores da comissão" e nem assim conseguiu convencer o então presidente da Câmara a tomar providências. "Ibsen poderia ter evitado a roubalheira de milhões de dólares", afirmou.

Tavares resumiu sua impressão da comissão de orçamento no título do livro em que relacionou os principais fatos de sua vida parlamentar: *No Reino do Faz-de-Conta*. Ele afirmou no texto que se tivesse disposição para brincar de faz-de-conta, iria empregá-la com seus filhos de sete e oito anos. "A comissão é um palco de encenação digno do Reino Encantado do mundo de faz-de-conta, com direito a sete anões e à Branca de Neve".

DEPUTADO
DO PARANÁ
ESCREVEU
LIVRO